

GÊNERO NO COTIDIANO DA CRECHE: MÃE, MULHER OU EDUCADORA INFANTIL?

Renata F. Fernandes GOMES¹

Maria de Fátima ARAÚJO²

RESUMO

O sistema educacional no Brasil é um dos setores que mais empregam mulheres. Basta observarmos a composição do quadro profissional docente para verificarmos como a “guetização” sexual se torna evidente. No caso da educação infantil, especialmente, esta situação se agrava, devido o caráter peculiar desta instituição que articula a educação e os cuidados necessários às crianças pequenas. Assim, o presente artigo busca fazer algumas reflexões sobre como a categoria de gênero interfere no dia-a-dia da creche, a partir das falas das educadoras decorrentes de uma pesquisa realizada sobre suas práticas sociais cotidianas, tendo como referência os estudos feministas.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; gênero; estudos feministas.

¹ Psicóloga; mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Assis, SP. Avenida Dom Antonio, 2100. C.P. 335. 19814-970. E-mail: renataffg@bol.com.br.

² Psicóloga; professora e doutora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Assis, SP. Avenida Dom Antonio, 2100. C.P. 335. 19814-970. E-mail: fatimaraujo@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca fazer algumas reflexões a respeito de como a categoria de gênero interfere no dia-a-dia da educação infantil, mais especificamente da creche. Para isto utilizaremos ao longo do texto considerações pertinentes decorrentes de uma pesquisa³ realizada com as educadoras de uma creche filantrópica, localizada no interior paulista, sobre suas práticas sociais cotidianas.

A instituição escolar, incluindo a pré-escola, constitui-se como um espaço gendrado, ou seja, *a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino* (Louro, 2001, p. 89).

O sistema educacional no Brasil é um dos setores que mais empregam mulheres. Basta observarmos a composição do quadro profissional da instituição escolar para verificarmos como a “guetização” sexual se torna evidente, sendo também percebida já no início do curso de formação docente (Backx, 2001). No caso da creche, especialmente, esta situação se agrava, devido o caráter peculiar desta instituição que contempla a educação e os cuidados necessários às crianças pequenas de forma indissociável.

No quadro docente da creche investigada havia somente mulheres na função de educadora infantil, assim como nas outras funções – cozinheiras, faxineiras, secretárias e coordenadoras – o que não é característica somente desta instituição, ou seja, a grande maioria das creches é constituída por professoras, pajens, educadoras, monitoras, recreacionistas, auxiliares do desenvolvimento infantil, enfim, são

³ A referida pesquisa, *As práticas (des) educativas com crianças de zero a três anos: Seus significados e suas origens – o discurso das educadoras de uma creche filantrópica*, foi realizada sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Belluzzo Brando Cunha. Nesse momento, focamos as práticas implementadas pelas educadoras, as quais foram observadas e analisadas com a finalidade de buscarmos elementos importantes para a compreensão dos modelos educacionais presentes no atendimento às crianças pequenas em nossa sociedade, bem como oferecer pontos para repensarmos a formação de educadores no contexto atual da educação infantil.

diversas as denominações que recebem as pessoas diretamente envolvidas com as crianças pequenas.

A referida pesquisa visava compreender como estas profissionais significavam suas ações em seus contextos de trabalho e os diversos sentidos, por elas atribuídos, em suas interações com as crianças. Para interpretá-los recorreremos às teorias que fundamentam os estudos sobre a infância como construção histórica e social e as instituições envolvidas com o atendimento das crianças pequenas. Considerando que o significado e os diversos sentidos atribuídos a uma prática são construções simbólicas engendradas coletivamente, utilizamos a abordagem teórico-metodológica construcionista.

Realizamos entrevistas semi-dirigidas com sete educadoras da creche investigada. Elas pertenciam a uma faixa etária que variava de trinta a cinquenta e sete anos; a maioria possuía pouca escolaridade, somente duas tinham o ensino médio com formação em magistério. Além disso, verificamos que a história de vida dessas educadoras era fortemente marcada por serviços domésticos, envolvendo ou não crianças. Estes dados puderam ser compreendidos mais claramente por meio da análise das entrevistas.

No que diz respeito à história de vida dessas mulheres pouco foi aprofundado, pois a pesquisa centrava-se nas práticas implementadas por elas. No entanto, estas foram fundamentais para entendermos a origem e o significado atribuídos ao trabalho desenvolvido na creche e, especialmente, mostrou-nos como a questão de gênero interfere no cotidiano da instituição. O gênero, apesar de não ter sido abordado na pesquisa, estava presente nas histórias de vida, nos aspectos institucionais e nas interações com as crianças.

Diante desses dados obtidos na pesquisa, algumas inquietações foram surgindo: por quê “somente” mulheres trabalham em creche? Cuidar e educar crianças pequenas são funções femininas? Qual o motivo dos salários reduzidos, da ampliada carga horária, enfim, da desvalorização profissional? Como deveria ser a formação desses profissionais?

Este artigo pretende fazer algumas reflexões sobre como a categoria de gênero se manifesta nas falas das educadoras da creche pesquisada. Na análise recorreremos ao aporte teórico dos estudos feministas para compreender as questões referentes a gênero e poder, uma vez que o gênero se constitui nas e pelas relações de poder (Scott, 1995).

(RE) SIGNIFICANDO O CONCEITO DE CRECHE: A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

A creche sofreu grandes modificações ao longo do tempo. De espaço de proteção e guarda transformou-se em um espaço educativo que busca integrar as funções educar e cuidar como direitos das crianças, dever do Estado e opção da família. No Brasil, o movimento de mulheres, sob orientação feminista, teve um papel fundamental na consolidação dessa concepção de creche, ou seja, como uma alternativa positiva para a socialização de crianças pequenas.

Segundo Merisse (1997), as instituições de atendimento infantil, no Brasil, aparecem, em meados do século XIX, num contexto de graves problemas sociais. Nesse sentido, a creche foi vista como uma instituição capaz de amenizar a situação de extrema pobreza vivida por mulheres e crianças, principalmente filhos/as de ex-escravas.

Para este autor, a creche evolui gradativamente passando por quatro fases na história do atendimento à infância brasileira. Entretanto, esta não é uma evolução constante, sendo marcada por ciclos alternantes de expansão e retraimento. Isto aconteceu porque esta instituição geralmente não foi pensada em função dos interesses e necessidades das crianças, mas de agentes externos, como por exemplo, a necessidade de força de trabalho feminina num determinado momento – situação de guerra. (Rosemberg, 1989).

A primeira fase é caracterizada pelo seu caráter exclusivamente **filantrópico** com forte apelo religioso, principalmente oriundo da igreja católica. O atendimento oferecido – sob a égide da caridade –

era bastante precário, restrito à alimentação e guarda; demonstrado pelo grande número de crianças que morriam dentro das próprias instituições.

Desta forma, com intuito de reduzir a alta mortalidade infantil dentro das creches se incorpora uma preocupação *higiênico-sanitária*, influenciada pelo Movimento Higienista⁴ do final do século XIX, o que caracteriza a segunda fase. Com base no higienismo, posteriormente a puericultura se torna um modelo de referência, vindo da Europa. Os puericultores valorizavam a família nuclear e defendiam que as funções relativas ao cuidar e educar dos filhos deveriam ser as principais funções da mulher. Nesse sentido, *ao "cientificar" o modelo de relação mãe-filho como o único modelo desejável de relação com a criança pequena, encerra a creche no terreno perigoso de comparação com a mãe e substituição das famílias* (Rosemberg, 1989, p. 91).

Em relação às creches, consideravam que estas eram um "mal necessário", sendo indicadas somente para mães pobres que necessitavam trabalhar fora do lar, ou seja:

Entendidas como "mal necessário", as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico. Por trás disso, buscava-se regular todos os atos da vida, particularmente dos membros das camadas populares (Oliveira, 2002, p. 100).

Com o processo de urbanização e industrialização ocorrido no país nas décadas de 40 e 50, juntamente com a Consolidação das Leis do Trabalho, a qual inclui uma regulamentação sobre creche na legislação trabalhista de 1943, há uma expansão no número de creches, apesar de ainda bastante insatisfatória. No entanto, nesse momento, esta instituição é marcada predominantemente pela perspec-

⁴ Com o século XIX chega da Europa o ideário do progresso, da ordem e da ciência, os quais trazem novas formas de se compreender a filantropia. Nessa perspectiva, o higienismo se constitui num forte movimento, incutindo novos hábitos de saúde e higiene, abrangendo outras esferas da vida social não diretamente relacionadas ao âmbito da saúde e nutrição. "Mas o movimento insere-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas". (Marcílio, 1997, p.66).

tiva *assistencialista*, ou seja, é compreendida como benefício social para mães trabalhadoras. Nas palavras de Merisse (1997, p. 45), as creches *passam, com o tempo, a apresentar cada vez mais as características de uma instituição destinada a permitir a utilização da força de trabalho feminina*.

Por outro lado, com a emergência dos vários movimentos sociais urbanos da década de 60, dos quais destacaremos o movimento feminista⁵, devido sua fundamental importância no caso das creches, pois buscava ressignificar esta instituição questionando as concepções até então vigentes. Destacava a questão dos cuidados e responsabilidades para com a infância, exigia modificações nos valores e práticas tradicionais, engendrando transformações nas concepções dos papéis do homem e da mulher e da instituição familiar, assim como em outras esferas da vida social.

Essas idéias propagadas pelo movimento feminista influenciaram fortemente a visão do atendimento que deveria ser oferecido às crianças, permitindo uma ampliação do conceito de creche – não compreendida como um mal necessário, que substitui a família, mas como alternativa positiva complementar a ela. O exemplo mais nítido dessa influência é o Movimento de Luta por Creches⁶ ocorrido em São Paulo na década de 80, este *apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche, enquanto instituição* (Merisse, 1997, p. 49).

Essa corresponde à última fase, na qual inclui-se uma *proposta educativa* consistente que articula o cuidado e a educação, contemplando o desenvolvimento integral das crianças. Embora influências de todas as outras fases ainda permaneçam no imaginário social,

⁵ O movimento feminista surge nos EUA proveniente principalmente da camada média da população conseguindo grande destaque na década de 60 e, posteriormente, se expande para praticamente todos os países ocidentais, denunciando a discriminação de gênero em prol da igualdade de direitos.

⁶ “O Movimento de Luta por Creches foi oficialmente criado em 1979, como resolução do Primeiro Congresso da Mulher Paulista” (Rosemberg, 1989, p.98). Para uma análise mais detalhada sobre esse movimento ver Rosemberg, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: O caso da creche – 1984. In: Rosemberg, Fúlvia (Org.). *Creche – temas em debate*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90-103.

como observamos nos relatos das educadoras da referente pesquisa – a valorização do “cuidar”, o fato de se compreenderem como *mães substitutas*, a percepção da creche como uma extensão da casa das crianças, substituição da família. O que nos faz concordar com Fúlvia Rosemberg (1989, p. 101) quando ela afirma: *apesar das conquistas conseguidas, a mobilização das mulheres no período não foi suficiente para romper o círculo da creche: ou seja, de ser uma instituição provisória, destinada a apenas algumas mães.*

ENTRE O PÚBLICO É O PRIVADO: A CRECHE COMO EXTENSÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Conforme a pesquisa demonstrou, as educadoras transferiam as habilidades aprendidas no cotidiano familiar para o contexto da creche, tornando esta, para as crianças, uma extensão de suas casas. Esta transposição do espaço privado para o público produz graves conseqüências tanto para as crianças e famílias atendidas quanto para os profissionais envolvidos neste atendimento.

As famílias – “mães” – sentem-se culpadas por não cuidarem de seus próprios filhos, em contrapartida, as educadoras se percebem como *mães substitutas*. Esta concepção culmina numa desvalorização profissional, já que para serem educadoras infantis basta somente ter experiência com crianças, mais particularmente com os filhos, desconsiderando uma formação acadêmica pré-estabelecida.

Zilma de Oliveira descreve a multiplicidade de sentimentos que envolvem as relações entre as famílias – mães – e os/as professores/as de educação infantil, reiterando a importância de uma formação adequada que propicie condições de reflexão sobre a parceria creche e família.

Como a creche e a pré-escola são comunidades basicamente femininas, uma de suas dificuldades é o risco de não haver diferenciação de papéis entre a professora e a mãe, o que provoca freqüentes disputas. Sentimentos de alegria e de apreensão, de culpa e de alívio, de hostilidade e de agradecimento perpassam as primeiras relações das mães com

as creches e por vezes permanecem durante toda a permanência da criança nela. Verdadeiras lutas costumam ser travadas para ver quem faz mais pela criança, caso a formação dos professores não os leve a refletir sobre a questão (Oliveira, 2002, p.180).

Segundo Márcia Franco (2002), as semelhanças da creche em relação ao espaço doméstico e familiar também são explicitadas pelas crianças. Esta autora, buscando problematizar a questão do “desaparecimento” da infância, realizou uma pesquisa com crianças de um Centro de Educação Infantil sobre a infância por elas vivida na instituição. Entre outros aspectos verificou que as crianças não diferenciavam a instituição infantil da instituição familiar. Indagando sobre as diferenças entre a casa e a pré-escola obteve as seguintes respostas: *“A diferença é que em casa eu durmo na cama e na escola é no colchão no chão”*. (...) *“A diferença é muito pouca, pois, na minha casa, tem brinquedo que nem aqui, só não tem carbono”* (2002, p. 57).

Ainda recorrendo aos dados desta pesquisa, gostaria de ressaltar a argumentação da diretora do Centro a respeito da homogeneização dos espaços verificada pelas crianças. *“Olha, isso é preocupante, pois se as crianças não vêem diferença entre essas duas instituições é porque, pelo menos, uma delas não está fazendo a sua parte”* (2002, p. 61).

Diante desses fatos, acreditamos que a creche ainda não conseguiu romper com significados construídos ao longo de sua história – como podemos depreender das representações das educadoras, famílias e crianças –, apesar de a educação infantil, atualmente, conforme propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷ (LDB), ser considerada como primeira etapa do sistema educacional.

Nem mesmo a instituição familiar, embora grandes mudanças tenham ocorrido em seu âmbito, conseguiu romper com modelos tradicionais da família nuclear burguesa, para a qual a principal fun-

⁷ “Artigo 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Lei n. 9394/96).

ção da mulher é a responsabilidade com a educação e cuidados dos filhos, reiterando as concepções de gênero dominantes.

Considerando que as educadoras têm um papel fundamental na formação das crianças que freqüentam a creche e que a educação infantil – creche e pré-escola – *tem como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo tendo como sujeito a criança de zero a seis anos de idade* (Rocha, 1999, p. 61), acredito ser necessário realizarmos um grande trabalho envolvendo as famílias atendidas, as crianças, os profissionais e a comunidade para que ocorra uma mudança de mentalidade referente a esta instituição. Ou, seja, *uma nova trajetória orientada ao seu aperfeiçoamento, por intermédio da formação e aperfeiçoamento dos educadores, apresenta-se para ser coletivamente trilhada* (Oliveira, 2002, p. 119).

Desta forma, a profissionalização e valorização do educador/a infantil e da creche no âmbito educacional se tornam imprescindíveis, delimitando os papéis atribuídos às famílias e à instituição de educação infantil, no que diz respeito à educação e cuidados necessários às crianças pequenas, para que sejam complementares e não que uma substitua a outra.

Assim, a creche será compreendida como um espaço público, educativo e de convivência social para as crianças, capaz de potencializar experiências significativas que promovam a ampliação do universo cultural delas; além de ser concebida como uma alternativa positiva para as famílias, impedindo a “domestificação” da creche.

O CONCEITO DE GÊNERO E DE IDENTIDADE

Segundo Jane Flax, *o propósito fundamental da teoria feminista é analisar como nós pensamos, ou não pensamos, ou evitamos pensar sobre o gênero* (1992, p. 225), sendo este seu principal objeto de investigação.

Conforme Guacira Lopes Louro o *conceito* [de gênero] *pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas*. Então, nos propomos a fazer algumas reflexões sobre como as rela-

ções de gênero estão sendo concebidas e experimentadas no contexto da creche estudada.

O gênero é constituinte das identidades⁸ dos sujeitos – assim como outras categorias sociais como classe, raça/etnia e idade/geração – e construído nas relações sociais, perpassando a instituição de educação infantil de diferentes maneiras. *Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis constituídos por e através de partes inter-relacionadas* (Flax, 1992, p. 228). As concepções de gênero diferem ao longo do tempo e nas diversas sociedades, até mesmo no interior dessas.

Em relação às práticas desenvolvidas na creche, as educadoras consideravam como mais relevantes aquelas relacionadas aos cuidados básicos – alimentação, sono, higienização, ou seja, banho, escovação de dentes e troca de fraldas. Nestas, conforme as observações, elas demonstravam atenção, envolvimento e dedicação acentuados, ocupando a maior parte do tempo delas. O “cuidar” estava sempre associado a uma dimensão afetiva, ou seja, a educadora precisa *gostar do que faz, cuidando com amor e carinho*. Em contrapartida, as atividades mais diretivas – quando ocorriam – eram caracterizadas pelo espontaneísmo.

Cuidar, segundo as educadoras, é estar implicado com as necessidades do outro, assegurar condições satisfatórias de proteção, higiene, saúde e alimentação. Estar atento às emoções e sentimentos das crianças, possibilitando trocas afetivas. Demonstrar atitudes de amor e carinho, além de preocupações com questões relacionadas à segurança e integridade física das crianças.

A compreensão das educadoras infantis como um/a profissional responsável pelos cuidados cujo maior atributo é a afetividade contribui para a “feminização” do profissional de creche, já que no imaginário social um dos requisitos necessários para se “cuidar” de crianças – além de gostar – é a prática, ou seja, a experiência com filhos, sobrinhos, crianças, o que diz respeito a características femi-

⁸Sobre o conceito de identidade ver Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*.

ninas. Esta concepção é naturalizada e generalizada, reproduzindo estereótipos de gênero. Por isso, o fato de haver somente mulheres trabalhando nesta instituição não era questionado, sendo considerado “natural”. Assim, o ambiente da creche se tornava um local eminentemente feminino.

Esse modo de pensar os significados atribuídos a masculino e feminino delimita a homens e mulheres determinados tipos de atividades humanas, geralmente restringindo às mulheres trabalhos vinculados ao ambiente doméstico com ampliada carga horária, salários reduzidos e condições de trabalho insatisfatórias.

Desta forma, as relações de gênero têm sido relações de dominação – moldadas pelas redes de poder que circulam numa sociedade –, pois produzem arranjos de gênero que favorecem as desigualdades, os quais são entendidos como aspectos naturais e não como relações constituídas socialmente. *Na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas interrelacionados* (Flax, 1992, p. 229).

Desta forma, concordamos com Foucault quando ele afirma:

(...) onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém mas se sabe quem não o possui (1979, p. 75).

Devido a uma formação precária ou falta mesmo desta, as educadoras necessitavam buscar em suas histórias de vida adultos significativos – mães, professoras, colegas de trabalho – para lhes dar legitimidade em suas práticas cotidianas. O modelo de mãe foi o mais recorrente como modelo identitário, o que as levava a se compreenderem como *mães substitutas*, culminando numa fusão entre os papéis de mãe, mulher e educadora.

Em contrapartida, a própria instituição selecionava mulheres com características “essencialmente” femininas – mediante estereótipos de gênero – para exercerem a função de educadora infantil, especialmente aquelas que fossem mães ou, em último caso, tivessem

experiência com crianças. Posteriormente, passaram a contratar mulheres que tivessem alguma formação especializada em nível médio ou superior, respectivamente, magistério ou pedagogia. Entretanto, esta era considerada importante somente para cumprir exigências da Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Com o intuito de rompermos com estas concepções de gênero preconceituosas, propomos um outro modo de pensarmos a questão da *identidade*. Ou seja, não concebendo-a como algo fixo, rígido, imutável, que diz da essência do sujeito. Mas como uma construção histórica, cultural e social, sendo passível de transformações ao longo do tempo. As *identidades* de gênero, assim como outras, são estabelecidas mediante relações sociais que estão em contínuo processo (Louro, 2001).

Estes arranjos de gênero estão inseridos numa sociedade onde a dominação masculina é preponderante, delimitando as funções atribuídas a homens e mulheres de forma desigual, expressando as relações de poder constituídas socialmente quanto às concepções de masculinidade e feminilidade.

Somos constituídos por diversas e múltiplas *identidades* que estão em processo, coexistindo no universo da subjetividade (Louro, 2001). Nessa perspectiva, poderemos ampliar o repertório de possibilidades de constituição do quadro profissional da creche, não restringindo-o a pessoas reféns de modelos identitários como os de mãe, considerados como essência da mulher, os quais fazem perpetuar a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Tornando possível a produção de novas referências para estes profissionais que trabalham em creches e pré-escolas.

Por isso, precisamos estar atentos às formas como o gênero é significado pelas pessoas, não devemos recorrer a modos de pensar e ser lineares, hierárquicos, binários e coerentes, pois neles estão implícitas concepções ideológicas que sempre favorecem mais uns do que outros.

Uma excessão em relação a esta concepção de educador é verificada em *uma* das entrevistadas, a qual possui uma formação

mais especializada e profissional. Esta educadora compreende-se como professora, enquanto que as outras ambigualmente assumem papéis de mãe, tia ou um parente mais próximo. Isto nos faz inferir que uma formação adequada possibilita conceber o cuidado e a educação de crianças pequenas como práticas profissionais, possibilitando novas referências para a atuação desse profissional.

Esta educadora demonstrou um posicionamento crítico em relação às práticas desenvolvidas na creche, preocupando-se com o planejamento pedagógico, com a busca de articulação entre teoria e prática e em desenvolver atividades mais adequadas aos interesses e necessidades das crianças.

A partir dessa concepção, acredita que o papel do professor consiste em ensinar e aprender com as crianças, propiciando uma escuta acolhedora a elas. Assim, a criança se desenvolve no processo de interação criança/criança e criança/adulto, mas este também se constitui, se constrói e transforma a si mesmo. A criança é vista como um sujeito ativo, cognoscente e desejante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A creche, apesar das enormes conquistas no âmbito da educação infantil, nas quais teve papel preponderante o movimento feminista, como percebemos ao longo de sua história, ainda não conseguiu romper com estigmas que a associam a práticas e discursos assistencialistas.

A educação e os cuidados necessários às crianças pequenas são diretamente associados à função da mulher, sendo mais recorrente o modelo de mãe como referência para a prática cotidiana. A mulher, por sua vez, é representada com características essencialmente femininas, reproduzindo estereótipos de gênero, as quais são entendidas como aspectos naturais e não como produzidas socialmente.

Este modo de pensar os significados atribuídos a masculino e feminino torna o ambiente da creche um local eminentemente feminino, delimitando a homens e mulheres diferentes tipos de atividade.

des. Nessa perspectiva, as relações de gênero têm se constituído em relações de dominação, pois restringem às mulheres atividades pouco valorizadas socialmente, que não exigem formação acadêmica pré-estabelecida. Já que no imaginário social basta ter experiência com crianças, mais particularmente com os filhos, para exercer a função de educador infantil.

Desta forma, acreditamos que somente por meio da desconstrução de modelos tidos como naturais através de uma formação adequada, que inclua o gênero como operador das transformações, é que conseguiremos novas referências para o educador/a infantil, a fim de ressignificarmos a atuação deste profissional na creche.

Entretanto, isto apenas se concretizará mediante políticas públicas que garantam a profissionalização e valorização do professor e da instituição de educação infantil no âmbito educacional. Assim poderemos vislumbrar mudanças significativas nas concepções e práticas desenvolvidas nas creches tendo como eixo central a articulação entre teoria e prática.

GENDER IN THE DAILY ROUTINE IN A DAY CARE CENTRE: MOTHER, WOMAN OR TEACHER FOR CHILDREN?

ABSTRACT

The educational system in Brazil is one of the sectors which most employ women. We can check it only if we observe how the teacher scene is made to verify how a kind of sexual "ghetto" is formed. Specially, in education for children this situation worsens due to the peculiar characteristic of this institution which articulates the education and the attention required to little children. So this article tries to promote some observation about how the gender

interferes in a daily life of a day care centre from the speech of the teachers. This speech was collected from a research about social practices with reference to feminist studies.

KEYWORDS: education for children, gender, feminist studies.

REFERÊNCIAS

BACKX, Sheila de Souza. Cotidiano escolar: A reprodução da ideologia de gênero. In: *Cadernos do CFCH*, 2001.

CUNHA, Beatriz B. Brando; GOMES, Renata F. Fernandes. *As práticas (des)educativas com crianças de zero a três anos: Seus significados e suas origens. O discurso das educadoras de uma creche filantrópica*. 2002. 134 f. Relatório final de pesquisa. (Iniciação Científica em Psicologia). UNESP. Campus Assis, SP, 2002.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 205-217.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRANCO, Márcia Elizabete Wilke. *Compreendendo a infância como uma condição da criança*. Porto Alegre: Mediação, 2002. (Cadernos de Educação Infantil 11).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, educação e sexualidade. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educador. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

_____. Gênero e magistério: Identidade, história e representação. In: CATANI, Denice Barbara (Org.). *Docência, memória e gênero*:

Estudo sobre formação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997, p. 85-97.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 51-76.

MERISSE, Antônio. Origens das instituições de atendimento à criança pequena: O caso das creches. In: MERISSE, A. (et al.) *Lugares da infância: Reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 25-51.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação infantil: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, Eloísa A.C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações.

ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Creche – Temas em debate*. São Paulo: Cortez, 1989.

SCOTH, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 2, jul./dez. 1995.